RB Capital Companhia de Securitização

CNPJ/MF 02.773.542/0001-22

RB CAPITAL Securitizadora

Relatório da Administração - 2020

A RB Capital Companhia de Securitização S/A ("Sociedade") realizou 37 emissões de Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") e 6 emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") no ano de 2020, e auferiu um resultado de R$ 6.755 mil no ano provenientes basicamente da receita de serviços prestados de administração de patrimônio fiduciário sob sua gestão e "spread" na venda de CRI. A Administração da Companhia é otimista com o potencial de crescimento do mercado de crédito estruturado e securitização, dado o perfil de longo prazo dos nossos produtos, que continuam consistentemente demandados pelos investidores locais, incluindo institucionais e pessoas físicas. Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a Companhia, no exercício de 2020, contratou a KPMG Auditores Independentes somente para a prestação de serviços de revisão das informações trimestrais e auditoria das demonstrações contábeis anuais, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço a Companhia. São Paulo, 12 de março de 2021. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

ATIVO	Notas	31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante				**Passivo circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.319	4.461	Impostos, taxas e contribuições	10	2.092	2.720
Títulos e valores mobiliários	4	-	18.474	Contas a pagar		1.358	1.370
Contas a receber	5	300	1.023	Salários e encargos sociais		555	243
Impostos a recuperar	6	2.754	1.380	Partes relacionadas	9	3.209	1.289
Outros créditos	7	6.761	5.368	**Total do passivo circulante**		**7.214**	**5.622**
Total do ativo circulante		**14.134**	**30.706**	**Passivo não circulante**			
Ativo não circulante				Provisão para riscos		26	26
Intangível	8	2.646	1.769	**Total do passivo não circulante**		**26**	**26**
Total do ativo não circulante		**2.646**	**1.769**	**Patrimônio líquido**			
				Capital social	11	1.191	15.692
				Reserva Legal		238	3.138
				Reservas de lucros		8.111	7.997
				Total do patrimônio líquido		**9.540**	**26.827**
Total do ativo		**16.780**	**32.475**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**16.780**	**32.475**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o valor por ação)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida	12	12.395	21.053
Custo dos serviços prestados	13	(1.093)	(2.842)
Lucro bruto		**11.302**	**18.211**
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	(1.738)	(2.327)
Despesas de comercialização	14	(95)	(640)
Despesas com pessoal	14	(2.700)	(2.111)
Despesas tributárias	14	(78)	(16)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	14	(13)	952
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**6.678**	**14.069**
Receita Financeira	15	3.526	6.206
Despesa Financeira	15	(243)	(576)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**9.961**	**19.699**
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(3.206)	(6.050)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	(253)
Lucro líquido do exercício		**6.755**	**13.396**
Lucro líquido básico por ação - R$	17	0,852	1,939

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o valor por ação)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	6.755	13.396
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**6.755**	**13.396**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1 de janeiro de 2019		**13.503**	**2.701**	**6.069**	**-**	**22.273**
Aumento de Capital	11.2	2.189	-	-	-	2.189
Resultado do período		-	-	-	13.396	13.396
Dividendos	11.4	-	-	(6.069)	(3.931)	(10.000)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	(1.031)	(1.031)
Reserva Legal		-	437	-	(437)	-
Retenção de lucros		-	-	7.997	(7.997)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**15.692**	**3.138**	**7.997**	**-**	**26.827**
Saldos em 1 de janeiro de 2020		**15.692**	**3.138**	**7.997**	**-**	**26.827**
Redução de Capital	11.3	(18.839)	-	-	-	(18.839)
Aumento de Capital	11.2	4.338	(3.138)	-	-	1.200
Resultado do período		-	-	-	6.755	6.755
Destinação do resultado do exercício:		-	-	-	-	-
Dividendos	11.5	-	-	(4.000)	(1.629)	(5.629)
Juros sobre capital próprio	11.6	-	-	-	(774)	(774)
Reserva Legal	11.4	-	238	-	(238)	-
Retenção de lucros	11.4	-	-	4.114	(4.114)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**1.191**	**238**	**8.111**	**-**	**9.540**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	**6.755**	**13.396**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:		
Despesa com imposto de renda e contribuição social	3.206	6.303
Atualização monetária de títulos e valores mobiliários	(363)	(1.162)
Incorporação RB Capital Securitizadora S.A.	-	1.460
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(294)	452
Amortização Software	431	143
Constituição (reversão) de provisão para riscos	-	(350)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Clientes e outros valores a receber	1.017	(617)
Recebíveis imobiliários	-	1.198
Impostos a recuperar	(1.375)	(281)
Outros créditos	(1.395)	(2.204)
Partes Relacionadas	-	12
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Impostos, taxas e contribuições	(555)	(1.362)
Cessão de Certificados de Créditos Imobiliários (CCIs)	-	(2.276)
Contas a pagar	301	524
Partes Relacionadas	1.920	88
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**9.648**	**15.324**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.279)	(2.654)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**6.369**	**12.670**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de Intangível	(1.308)	(1.437)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(1.308)**	**(1.437)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de Capital	1.200	729
Dividendos pagos	(5.629)	(10.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.200
Pagamento de juros sobre capital próprio	(774)	(3.150)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(5.203)**	**(11.221)**
Aumento (redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(142)**	**12**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.461	4.449
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4.319	4.461
Aumento (redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(142)**	**12**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Receitas			
Receita de serviços	12	13.180	22.199
Reversão/(Provisão) de crédito de liquidação duvidosa		294	(452)
		13.474	21.747
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo dos serviços prestados		(1.093)	(2.843)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(5.625)	(4.819)
		(6.718)	(7.662)
Valor adicionado líquido		6.756	14.085
Valor adicionado líquido produzido		6.756	14.085
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras, incluindo variação cambial líquida	15	3.526	6.205
		3.526	6.205
Valor adicionado a distribuir		10.282	20.290
Distribuição do valor adicionado			
Impostos, taxas e contribuições		3.284	6.319
Despesas financeiras	15	243	575
Dividendos pagos		(1.629)	(3.931)
Lucro retido		8.384	17.327
Valor adicionado distribuído		10.282	20.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

1. Informações gerais: A RB Capital Companhia de Securitização ("Companhia") é uma Companhia anônima aberta, tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, 11º andar. Seu controlador é a RB Capital S.A. A Companhia tem como principal atividade a aquisição de créditos imobiliários e de títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários e em direitos do agronegócio. Em 15 de julho de 2020 houve a cisão parcial da Companhia, conforme citado nas notas explicativas 4 e 11.3.

2. Resumo das principais práticas contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, CPC 21 (R1) aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), vigentes na data base. A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia no Brasil. As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis, tais como foram aplicadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 12 de março de 2021. **2.2. Bases de apresentação:** Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar essas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e premissas correspondentes são revisadas continuamente. As revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidas somente no período em que a estimativa é revisada se a revisão afetar apenas esse período, ou no período da revisão e em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando mencionado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação, principalmente operações compromissadas. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, não superando o valor de mercado. **2.4. Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados conforme a seguir: **(a)** Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, que correspondem aos ativos que o objetivo é mantê-lo até o fim do fluxo de caixa contratual e ativos que contenham exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto; **(b)** Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, que correspondem a ativos cujo objetivo seja mantê-lo até o fim dos recebimentos dos fluxos contratuais ou pela venda do ativo, ou ativos que contenham pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto; **(c)** Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, que correspondem a ativos que não atendem as condições de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial a Companhia irá avaliar individualmente cada ativo para classificá-lo de acordo com as estratégias e modelos de negócio da administração. Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando: • A instituição não tiver expectativas razoáveis de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele; ou • A instituição transferir o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou retiver os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se: (a) a instituição transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo. **2.5. Passivos financeiros e instrumentos de capital outorgados pela Companhia:** Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo; • Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável; - Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: - O valor da provisão para perdas; e - O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com os princípios estabelecidos em política contábil; • Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado: São mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: - O valor da provisão para perdas; e - O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecida. Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos nas rubricas "Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado", "Contratos de Garantia" e "Compromissos de conceder empréstimos", os quais mensurados conforme mencionado anteriormente. Na ausência de cotações públicas, a Administração, por meio de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis (Preços cotados em mercados não ativos ou por instrumentos similares). Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado. **2.6. Redução ao valor recuperável: i. Mensuração das perdas esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: - dificuldades financeiras significativas do devedor; - quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; - reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; - a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou - o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **ii. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **iii. Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido e com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares não será recuperado. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **2.7. Ativos intangíveis:** Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros for prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. A vida útil do ativo capitalizado foi estimado em 5 anos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **2.8. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e é possível mensurar o valor da obrigação de forma confiável. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indiquem a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, criam uma expectativa válida nessas outras partes de que ela cumprirá com essas responsabilidades. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação determinada para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. **2.9. Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber. ***2.9.1. Receita de "spread":*** O "spread" da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito imobiliário e/ou do agronegócio e o preço de colocação dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e/ou dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro aplicando determinada taxa de desconto que somente é em parte repassada como forma de remuneração dos CRI/CRA, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no "spread" reconhecido à vista. Dessa forma, não é observado "spread" quando as taxas (preços) de compra e venda dos créditos forem as mesmas. ***2.9.2. Receita de serviços:*** A receita com a prestação de serviços de administração do patrimônio fiduciário é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber e reconhecida no momento da efetiva prestação do serviço. ***2.9.3. Receita de prestação de serviços de estruturação:*** A receita de serviços de estruturação decorre do desenvolvimento de operações de crédito estruturado voltadas aos setores imobiliários. Os valores e as condições são acordados entre as partes e tais receitas são reconhecidas no resultado de acordo com a competência, ou seja, à medida que o serviço é prestado **2.10. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **2.11. Lucro básico por ação:** O cálculo básico de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. **2.12. Dividendos e juros sobre capital próprio:** Os dividendos e os juros sobre capital próprio são reconhecidos como um passivo com base nos dividendos mínimos definidos pelo estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como um passivo quando aprovado pelo Conselho de Administração e ad referendum da Assembleia Geral Ordinária. **2.13. Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas demonstrações contábeis. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 "Demonstração do Valor Adicionado".

2.14. Novas normas, alterações e interpretações:

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de Janeiro de 2020	Definição de Negócio (Alterações ao CPC 15/ IFRS 3).
	Definição de Materialidade (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).
	Reforma da taxa de juros de referência (Alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 08/IAS 39 e CPC 40/IFRS 7).
1º de Junho de 2020	Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06/IFRS 16).

A Companhia avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2020.

3. Caixa e equivalentes de caixa: Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o caixa e equivalentes de caixa, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, podem ser conciliadas com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, como demonstrado a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Bancos	184	915
Aplicações financeiras - Itaú - operação compromissada **(a)**	4.135	3.547
	4.319	**4.461**

(a) Referem-se a aplicações em operações compromissadas bancárias, com lastro em debêntures, remuneradas à 94% do CDI, e com liquidez imediata.

4. Títulos e Valores Mobiliários

	31/12/2020	31/12/2019
Debêntures RB Capital Realty One Empreendimentos Imobiliários S.A. **(a)**	-	18.474
	-	**18.474**

(a) No dia 21 de agosto de 2015, a Companhia adquiriu debêntures emitidas pela RB Capital Realty One Empreendimentos Imobiliários S.A. Tais debêntures são remuneradas a 112% CDI ao ano, inicialmente com vencimento em agosto de 2019 e após 5º aditivo ocorrido em 16 de março de 2020 o vencimento passou a ser 19 de setembro de 2020. Estavam classificadas como valor justo por meio do resultado. Em 15 de julho de 2020 as debêntures foram entregues mediante redução de capital, vide nota explicativa 11.3.

5. Contas a receber

	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber **(a)**	922	1.939
Provisão para perda esperadas **(b)**	(622)	(916)
	300	**1.023**

(a) Do montante de 2019 demonstrado na linha de contas a receber, R$ 331 refere-se à incorporação da RB Capital Securitizadora S.A, conforme nota explicativa **11.2**. **(b)** Do montante de 2019 demonstrado na linha de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa R$ 310 refere-se a incorporação da RB Capital Securitizadora S.A, conforme nota explicativa **11.2.** A seguir estão apresentados os vencimentos dos saldos de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

	31/12/2020	31/12/2019
Vencidas		
Até 30 dias	27	222
31 a 60 dias	-	-
61 a 90 dias	-	84
91 a 180 dias	-	54
Acima de 180 dias	622	916
A vencer	**273**	**663**
	922	**1.939**

Movimentação na provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do período	**(916)**	**(464)**
Adições	(137)	(404)
Adições - RB Capital Securitizadora S.A	-	(310)
Reversões por recuperação	431	262
Saldo no fim do período	**(622)**	**(916)**

6. Impostos a recuperar

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - IRPJ/CSLL - Estimativa	769	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - IRPJ/CSLL	1.319	661
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	139	352
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a recuperar	382	261
Outros Impostos	145	106
	2.754	**1.380**

7. Outros créditos

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas a serem reembolsadas **(a) (c)**	5.430	4.356
Outros **(b) (c)**	1.331	1.012
	6.761	**5.368**

(a) Referem-se a despesas incorridas pela Companhia para emissão do Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), que serão reembolsadas pelos emissores dos lastros dos CRIs. Tais despesas concentram-se em pagamentos para agentes fiduciários, custódia, taxas e emolumentos; **(b)** A maior parte refere-se à valores referente à rendimentos de aplicações financeiras não afetados pelo patrimônio separado, que conforme termo de securitização são destinados periodicamente à emissora; **(c)** Do montante de R$ 5.368 em 2019, R$ 1.662 (sendo R$ 1.512 de despesas a serem reembolsadas e R$ 150 de outros créditos) refere-se à incorporação da RB Capital Securitizadora S.A., conforme nota explicativa **11.2**.

8. Intangível

	Taxa de Amortização	31/12/2020	31/12/2019
Softwares em desenvolvimento		666	549
Softwares prontos	20% a.a	2.554	1.363
Amortização softwares prontos		(574)	(143)
		2.646	**1.769**

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do período	**1.769**	**475**
Adições	1.309	1.436
Amortizações	(431)	(143)
Saldo no fim do período	**2.646**	**1.769**

9. Partes relacionadas

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante **(a)**	-	18.474
Passivo circulante **(b)**	3.209	1.289

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado		
Rendimento Debêntures - RB Capital Realty One Empreendimentos Imobiliários S.A. **(c)**	366	907
RB Capital S.A. **(d)**	35	(393)
RB Capital Serviços de Crédito Ltda **(e)**	-	(1.050)

(a) Refere-se às debêntures conforme nota explicativa nº 4; **(b)** Do montante de 2019, R$ 1.200 refere-se a Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, e do saldo de 2020 R$ 909 refere-se a mútuo com a controladora, atualizado a 100% do CDI, quitado em 01 de março de 2021 e R$ 2.288 refere-se a dividendos e JCP com a mesma, constituídos quando da distribuição do resultado vide nota 11.5; **(c)** Refere-se a ganho com aplicações em debêntures conforme nota explicativa nº 4; **(d)** O saldo de 2019 refere-se à custo com compromisso de subscrição, e o saldo de 2020 refere-se a taxa de administração do CRI 118 Pulverizado e juros passivo de mútuo; **(e)** O saldo de 2019 refere-se à custo com estruturação de operações de securitização.

10. Impostos, taxas e contribuições

	31/12/2020	31/12/2019
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	435	604
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	1.406	1.707
PIS e COFINS	135	221
Outros impostos	116	188
	2.092	**2.720**

11. Patrimônio líquido: 11.1. Capital social: O capital social está dividido em 7.927.248 ações (6.908.863 em 31 de dezembro de 2019), ordinárias nominativas, sem valor nominal, no montante de R$ 1.191 (R$ 15.692 em 31 de dezembro de 2019), totalmente integralizado. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, por deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de R$ 20.000, mediante a emissão de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **11.2. Aumento de Capital:** Em 30 de novembro de 2019, a Companhia aumentou o capital no valor de R$ 729, com a emissão de 218.834 ações, mediante a capitalização de AFAC. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia aumentou capital no valor de R$ 1.460, com a emissão de 447.697 ações, mediante a incorporação de parte do patrimônio da RB Capital Securitizadora S.A., que foi comprada pela RB Capital S.A. Em 14 de fevereiro de 2020, a Companhia aumentou o capital no valor de R$ 4.338, com a emissão de 1.018.385 ações, mediante a capitalização de AFAC de R$ 1.200 e capitalização da Reserva Legal de R$ 3.138. **11.3. Redução de Capital:** Em 15 de julho de 2020 a Companhia reduziu o capital em R$ 18.839 sem o cancelamento de ações, com a versão das debêntures ativas, mensuradas a valor justo, para a RB Capital Realty One Empreendimentos Imobiliários S.A. A transação não envolveu caixa. **11.4. Reserva de Lucros: Reserva legal -** constituída no montante de R$ 238 (R$ 437 em 31 de dezembro de 2019) equivalente a 5% do lucro líquido do exercício obedecendo o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo dessa reserva é de R$ 238 (R$ 3.138 em 2019). **Reserva de retenção de lucros -** corresponde ao valor remanescente do lucro líquido do exercício R$ 4.114 (R$ 7.997 em 31 de dezembro de 2019). Conforme previsto no estatuto social, a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Expansão", que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia, inclusive por meio da subscrição de aumento de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias e cujo saldo, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, se existentes, não poderá ultrapassar 100% do capital social. O saldo terá a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui reserva de retenção de lucros no montante de R$ 8.111 (R$ 7.997 em 31 de dezembro de 2019). **11.5. Dividendos:** Em 12 de agosto de 2019, a Companhia pagou dividendos, no montante de R$ 10.000, sendo R$ 6.069 de lucros retidos e R$ 3.931 do resultado do período. Em 03 de fevereiro de 2020, a Companhia pagou dividendos, no montante de R$ 4.000, advindo da reserva de lucros e R$ 1.629 dos lucros correntes. Os dividendos, nos termos do artigo 34 do Estatuto Social, é de 25% do saldo restante do lucro líquido do exercício após constituição da reserva legal. ***Destinação do resultado do exercício:*** A destinação do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	**6.755**	**13.396**
Reserva legal - 5%	(238)	(437)
Base de cálculo para dividendos	6.517	12.959
Dividendos mínimos obrigatórios	**1.629**	**3.240**
Dividendos declarados	(1.629)	(3.931)
Juros sobre capital próprio pagos	(774)	(1.031)
Retenção de lucros	**(4.114)**	**(7.997)**

11.6. Juros sobre capital próprio: Em 27 de dezembro de 2019, a Companhia declarou juros sobre capital próprio, no montante de R$ 1.031 referente aos lucros do exercício. Em 30 de dezembro de 2020, a Companhia declarou e pagou juros sobre capital próprio, no montante de R$ 774 referente aos lucros do exercício. Os juros sobre o capital próprio, nos termos do artigo 33 do Estatuto Social e artigo 9º da Lei nº 9.249/95, foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

12. Receita líquida

	2020	2019
Receita bruta	**13.180**	**22.199**
Taxa de Administração de CRI	178	2.104
Taxa de Emissão de CRI	3.715	2.430
Taxa de Estruturação de CRI	-	220
Outras receitas	-	139
Spread	9.287	17.307
Impostos incidentes	(785)	(1.146)
	12.395	**21.053**

A receita da Companhia é oriunda de receita de "spread" com a emissão de certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e do agronegócio (CRA) e da prestação de serviços de administração, emissão e estruturação dos patrimônios separados correspondentes das emissões desses certificados.

13. Custos dos serviços prestados

	2020	2019
Custo com agentes fiduciários	-	(52)
Custo com custódia e emissão	-	(23)
Custo com advogados	(65)	(131)
Custo com "servicing"	-	(4)
Custo com estruturação	-	(1.050)
Custo com distribuição	(475)	(504)
Custo com comissões	(553)	(1.002)
Outros custos	-	(77)
	(1.093)	**(2.843)**

14. Despesas por natureza, líquidas: A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC, o detalhamento das principais despesas operacionais por natureza está apresentado a seguir:

	2020	2019
Serviços de terceiros	(581)	(1.423)
Despesas com viagens	(5)	(182)
Despesas com taxas e cartórios	(209)	(58)
Despesas com informática e telecomunicações	(891)	(729)
Despesas com taxas e contribuições	(116)	(16)
Despesas com folha de pagamento	(2.700)	(2.111)
Reversão (provisão) para créditos de liquidação duvidosa	295	(452)
Despesas com patrocínio	(19)	(422)
Despesas com anúncios e publicações	(90)	(154)
Outras receitas/(despesas) líquidas	(308)	1.404
	(4.624)	**(4.142)**
Classificadas como	**2020**	**2019**
Despesas gerais e administrativas	(1.691)	(2.327)
Despesas com pessoal	(2.700)	(2.111)
Despesas de comercialização	(142)	(640)
Despesas tributárias	(78)	(16)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(13)	952
	(4.624)	**(4.142)**

15. Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Juros ativos	387	1.217
Rendimentos de aplicações financeiras	3.139	4.988
	3.526	**6.206**
Despesas financeiras		
Juros passivos	(9)	(124)
Perda em aplicações financeiras	(217)	(429)
Outras despesas	(17)	(23)
	(243)	**(576)**
Resultado financeiro líquido	**3.283**	**5.630**

16. Imposto de renda e contribuição social: 16.1. Composição das despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Correntes:

	2020	2019
Despesas correntes		
CSLL	(865)	(1.644)
IRPJ	(2.341)	(4.405)
	(3.206)	**(6.050)**

16.2. Composição das despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Diferidos:

	2020	2019
Despesas diferidas		
CSLL	-	(67)
IRPJ	-	(186)
	-	**(253)**

16.3. Reconciliação das despesas de IRPJ e CSLL: As despesas de IRPJ e CSLL estão conciliadas às alíquotas nominais como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro do exercício antes dos efeitos do IRPJ e da CSLL	**9.961**	**19.698**
Constituição/Reversões de provisões	29	326
Despesas indedutíveis gerais	399	153
Despesas temporárias	(774)	(1.907)
Lucro tributável	**9.615**	**18.270**
34% do lucro real	(3.269)	(6.212)
Benefício Lei Rounet 8.313/91	39	138
Outros	-	(253)
Benefício adicional IRPJ 10% 240 mil	24	24
Total IRPJ / CSLL	**(3.206)**	**(6.303)**

17. Lucro por ação: O cálculo básico de lucro líquido (prejuízo) por ação é feito através da divisão do lucro líquido/(prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

	2020	2019
Lucro do período atribuível aos acionistas da Companhia	**6.755**	**13.396**
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro básico por ação (em milhares)	7.927	6.909
Lucro líquido básico por ação (centavos por ação)	**0,852**	**1,939**

A Companhia não possui nenhum efeito dilutivo ou antidilutivo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e, por isso, não calculou o lucro diluído por ação.

18. Instrumentos financeiros: Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por: **(a)** Caixa e equivalentes de caixa: conforme descritos na nota explicativa nº 3; **(b)** Contas a receber, títulos e valores mobiliários e outros créditos: conforme descritos nas notas explicativas nº 4, nº 5 e nº 7.

Instrumentos financeiros por categorias

Natureza	Classificação	Hierarquia	31/12/2020 Valor contábil	31/12/2020 Valor justo	31/12/2019 Valor contábil	31/12/2019 Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	Nível 1	4.319	4.319	4.461	4.461
Títulos e valores mobiliários	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	Nível 2	-	-	18.474	18.474
Contas a receber	Custo Amortizado	Nível 2	300	300	1.023	1.023
Outros créditos	Custo Amortizado	Nível 2	6.761	6.761	5.368	5.368
			11.380	**11.380**	**29.326**	**29.326**
Passivo						
Contas a pagar	Custo Amortizado	Nível 2	1.358	1.358	1.369	1.369
			1.358	**1.358**	**1.369**	**1.369**

18.1. Valor justo e categoria dos instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia contabilizados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 possuem valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais que visam obter liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no monitoramento contínuo das taxas acordadas em relação àquelas vigentes no mercado e na confirmação de que seus investimentos financeiros de curto prazo estão sendo adequadamente marcados a mercado pelas instituições que administram os fundos de investimento em que parte dos recursos da Companhia é aplicada. A Companhia não faz investimentos especulativos com derivativos nem nenhum outro ativo de risco. A determinação dos valores estimados de realização dos ativos e passivos financeiros da Companhia baseia-se em informações disponíveis no mercado e em metodologias de avaliação adequadas. No entanto, é necessário que a Administração empregue considerável julgamento para interpretar os dados de mercado e estimar os valores de realização mais adequados. Finalmente, as estimativas a seguir não indicam necessariamente que os valores sejam aqueles realizados no mercado atual. **Hierarquia do valor justo:** A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado: • **Nível 1** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. • **Nível 3** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. **18.2. Considerações gerais:** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todas registradas em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades. A Companhia administra seu capital para garantir a continuidade de suas atividades normais. **18.3. Critérios, premissas e limitações utilizados na apuração dos valores dos instrumentos financeiros:** Os detalhes a respeito das principais práticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério de reconhecimento, a base de mensuração e o método de reconhecimento das receitas e despesas em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa nº 2. O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados. O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos anteriormente) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseados em análises dos fluxos de caixa descontados. **18.4. Gestão de riscos financeiros:** A Administração monitora e administra os riscos financeiros inerentes às operações. Entre esses riscos destacam-se o risco de crédito, o risco de liquidez e o risco de mercado. O principal objetivo é manter a exposição da Companhia a esses riscos em níveis mínimos, utilizando, para isso, instrumentos financeiros e avaliando e controlando a qualidade creditícia de suas contrapartes e a liquidez dos seus ativos financeiros. ***18.4.1. Derivativos:*** No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não utilizou instrumentos financeiros aderivativos. ***18.4.2. Risco de crédito:*** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um emissor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. A Companhia está exposta ao risco de crédito de seus valores de contas a receber e despesas reembolsáveis. ***18.4.3. Risco de liquidez:*** Risco de liquidez é o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração desse risco é a de garantir que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações sem causar perdas ou prejudicar as operações da Companhia, utilizando, se necessário, linhas de crédito disponíveis. Na atual data base a administração não identificou passivos financeiros com risco de liquidez. ***18.4.4. Risco de mercado:*** Risco de mercado é o risco relacionado às variações dos fatores de mercado em que a Companhia atua, direta e indiretamente, assim como às variações dos fatores macroeconômicos e índices dos mercados financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, notadamente o CDI. ***18.4.5. Análise de sensibilidade: Premissas**:* A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade aos fatores de mercado mais relevantes para seus instrumentos financeiros, para um horizonte de 12 meses, que apresenta um cenário base e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis consideradas, conforme descritos a seguir: • **Cenário base:** baseado nos níveis de taxas de juros e preços observados na data base no mercado futuro de taxas, além da perspectiva do cenário econômico para os próximos 12 meses. Foram utilizadas as informações de bolsas de valores, assim como perspectivas do cenário macroeconômico; • **Cenário adverso:** deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário base; • **Cenário remoto:** deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário base. ***Análise da administração**:* A Companhia entende que está exposta à variação do CDI, que é base para remuneração de suas aplicações financeiras e de parte dos valores a pagar de cessão de certificados de recebíveis imobiliários. A Companhia entende ainda que, apesar de possuir ativos e passivos indexados ao CDI, necessita de apenas um cenário de risco, desde que esse seja o mais conservador para o resultado líquido dos instrumentos. A seguir estão demonstrados os índices e as taxas utilizados nos cálculos de análise de sensibilidade:

Premissas	Cenário-base	Cenário adverso	Cenário remoto
Diminuição da taxa do CDI			
Caixa e equivalentes de caixa	2,75%	2,06%	1,38%

Fator de risco	Risco	Instrumento	Cenário-base	Cenário adverso	Cenário remoto
Taxa de juros - CDI	Diminuição da taxa do CDI	Caixa e equivalentes de caixa Outros Créditos	137	103	69

19. Remuneração da administração: Os administradores da Companhia atuam em determinadas frentes de negócios do Grupo RB Capital, tais como originação, estruturação e securitização, sendo remunerados de acordo com a dedicação à cada atividade desempenhada. Pela dedicação aos serviços de securitização, o Grupo RB Capital remunerou os administradores da Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, entre fixo e variável, o montante de R$ 140 (R$ 165 em 31 de dezembro de 2019) em sua totalidade representada por benefícios de curto prazo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a RB Capital Companhia de Securitização não pagou honorários a seus administradores.

20. Operações por segmento: Em 31 de julho de 2009, a CVM emitiu a Deliberação nº 582, que aprovou o CPC 22 "Informações por segmento", que é equivalente ao IFRS 8 "Segmentos operacionais". O CPC 22 é mandatório para demonstrações contábeis cujos exercícios se encerram a partir de 31 de dezembro de 2010. O CPC 22 requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões, com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances. A Administração efetuou a análise mencionada anteriormente e concluiu que a Companhia opera com um único segmento (securitização de recebíveis imobiliários) e, por isso, considera que nenhuma divulgação adicional por segmento seja necessária.

21. Outros Assuntos: Com relação à recente pandemia Covid-19, a Companhia tem observado atentamente o impacto no mercado de securitização brasileiro e respectivos créditos a ele vinculados, e segue monitorando os riscos e incertezas advindos deste evento. Do ponto de vista de caixa, a Companhia encontra-se em um cenário de liquidez favorável, porém observa a evolução dos fatos, bem como aguarda medidas governamentais, de ordem de saúde pública bem como econômicas e tributárias, que possam garantir a serenidade, retomada e prosperidade econômica e social do país. A Companhia se resguarda o direito de revisar suas ações e projeções, fruto de alterações futuras que possam advir do tema em tela, e tem adotado políticas corporativas globais e recomendações do seu acionista controlador.

22. Eventos subsequentes: Não houve evento subsequente passível de divulgação no âmbito do CPC 24 - Evento Subsequente.

A DIRETORIA

GEOVANNA VOLPE BARONE SILVA - Contadora - CRC 1SP330286/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos acionistas da
RB Capital Companhia de Securitização S.A. - *São Paulo - SP*

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da RB Capital Companhia de Securitização S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da RB Capital Companhia de Securitização S.A em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras. Não existem principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Eduardo Tomazelli Remedi
Contador CRC 1SP-259915/O-0